

Enfrentamento ao poder das transnacionais¹

Renata Moreno

No dia 24 de abril de 2013, em Bangladesh, 1.134 pessoas que trabalhavam em oficinas terceirizadas para grandes empresas como *Benetton*, *Gap* e *Walmart* morreram com a queda do edifício Rana Plaza, onde se localizavam as oficinas de costura. Desde então, este é um dia de ação e solidariedade feminista que conecta militantes da Marcha Mundial das Mulheres em todo o mundo na luta contra o poder e a impunidade das empresas transnacionais. No Brasil, as ações nesse dia têm articulado o enfrentamento às empresas com a resistência aos retrocessos nas condições de trabalho. Empresas como as do grupo *Riachuelo*, *Marisa* e *Walmart* são alguns dos alvos de denúncias em ações recentes². As mulheres de outros movimentos sociais, como os que integram a Via Campesina, também realizam ações de enfrentamento às empresas como estratégia de luta contra o agronegócio, como por exemplo contra a *Aracruz*, em 2006, e mais recente, em 2018, contra a *Nestlé*, entre outras. Colocar rosto e dar nome aos agentes do mercado é uma estratégia que contribui para desnaturalizar o controle e domínio que as empresas têm sobre a vida em seu conjunto, além de visibilizar que seu lucro é garantido pela exploração desenfreada do trabalho e da natureza.

A atuação das empresas sob a premissa do 'livre mercado' reforça as desigualdades que estruturam as relações sociais – o colonialismo, o patriarcado e o racismo que permanentemente se retroalimentam (BARRETO *et al*, 2017). O trabalho sem direitos e as jornadas super-extensas são realidades das pontas das cadeias globais de valor, capitaneadas pelas empresas que deslocam sua produção para onde seja mais vantajoso explorar o trabalho, onde não pagam impostos e onde operam com mais facilidade a corrupção e colocam o Estado a seu favor (SILVEIRA, 2007). Além disso, as empresas transnacionais, que violam os direitos e chegam a ser responsáveis pela morte de seus trabalhadores, se negam a assumir compromissos e responsabilidades, mantendo uma dinâmica de impunidade (FERNANDEZ, 2018). Para minimizar os efeitos negativos desse tipo de situação sobre sua imagem, organizam ações de ‘responsabilidade social empresarial’, nas quais, cada vez

1 Esse é um extrato do artigo “Economia feminista em movimento: experiências e desafios teórico-políticos a partir das lutas das mulheres”, publicado na Revista Temáticas 52/2018. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/issue/view/211>

2 O relato das ações de 2018 pode ser encontrado em <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/2404-marcha-mundial-das-mulheres-denuncia-trabalho-precario-por-todo-o-brasil/> e em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/marcha-mundial-das-mulheres-faz-ato-na-riachuelo-contraprecarizacao> (acesso em 3 de setembro de 2018).

mais, há uma incorporação fragmentada e despolitizada de enunciados identificados como feministas.

Algumas reflexões sobre essa dimensão se fazem necessárias, considerando os desafios atuais enfrentados pelo feminismo. Há uma série de maneiras pelas quais se pode perceber a instrumentalização de ideias feministas, que demandam mais análises e aprofundamentos, os quais escapam do escopo deste artigo. Uma delas, evidente, é pelas propagandas e pelos próprios produtos, como no caso da *H&M*, uma das grandes transnacionais da indústria têxtil que vende em todo o mundo camisetas para mulheres com os dizeres 'feminista', ou 'feminismo é a ideia radical que as mulheres são gente'³. Outro, é o financiamento de projetos em âmbito local, que mobilizam mulheres a partir dos discursos de 'empoderamento' e que colocam o foco em questões caras para a vida das mulheres, como as relacionadas à saúde (PRUGL, 2015)⁴.

Dessa forma, o feminismo é transfigurado e incorporado nas engrenagens dos negócios capitalistas. Mesmo quando estas estratégias corporativas abordam temas como violência, ou incentivam o 'empoderamento' das mulheres, isso se realiza em base a comportamentos individuais, no incentivo à ideia de que as mulheres podem fazer tudo o que querem, desde que mantenham intactas as estruturas que garantem a acumulação capitalista em geral, e os lucros dessas empresas em particular. Ora, se um estudo desde a perspectiva da economia feminista com a qual esse texto dialoga fosse realizado em cada uma dessas empresas, seguramente teríamos mais evidências sobre os problemas já denunciados pelos movimentos sociais, por exemplo, a exploração do trabalho feminino por meio da terceirização e no trabalho precário realizado pelas mulheres na condição de trabalhadoras por conta própria ou no trabalho a domicílio. E também, do controle dos territórios e da água, da criação de novas necessidades e imposições sobre o corpo e a beleza das mulheres, mesmo se consideramos as diferentes identidades e a diversidade entre as mulheres (MMM, 2017b).

Uma última questão, vinculada às anteriores, se refere à profusão de 'consultorias feministas', especializadas em garantir o 'compromisso' das empresas com as mulheres⁵. As semelhanças com processos anteriores vividos pelo feminismo não é mera coincidência. Na fase chamada por Sonia Alvarez (2014, p.23) de "neoliberalismo multicultural com 'face humana'", os Estados e agências internacionais incorporaram organizações feministas profissionalizadas para

3 Ver por exemplo o artigo *H&M Kills Feminism* de abril de 2016 no Blog Alice in Wonderland: <https://alicegreschcow.com/2016/04/25/hm-kills-feminism/> (acesso em 3 de setembro de 2018)

4 Entre os exemplos está a *Avon*, cujo foco dos programas de responsabilidade social é em iniciativas sobre a prevenção do câncer de mama e de violência doméstica (<https://www.avon.com.br/aavon/responsabilidade-social>) e a *Coca-Cola*, com programas para 'capacitar' as mulheres 'empreendedoras' para que se integrem a sua cadeia produtiva (<https://www.cocacolaportugal.pt/historias/5by20-europa>) Acesso em 3 de setembro de 2018.

5 Ver por exemplo <http://report.thinkeva.com.br/feminismo-compromisso-inegociavel/> (acesso em 3 de setembro de 2018).

integrar a dimensão de gênero em seus programas. De acordo com Alvarez (2014), em muitos países da América Latina estes setores se tornaram hegemônicos no feminismo. No atual momento de ataques às políticas públicas e onde, como vimos, o Estado está sendo colocado mais a serviço das empresas transnacionais do que da garantia de direitos, não é apenas o Estado, mas sobretudo as empresas que incorporam ‘especialistas’ em questões de gênero ou feminismo, seja para elaborar estudos de impactos diferenciados de suas ações, seja para desenhar estratégias de *marketing*. E ainda, se uma perspectiva liberal do feminismo se contentava em incluir as mulheres em legislações que anunciam – mas não implementam – uma igualdade de direitos e oportunidades (FARIA, 2005), hoje nos deparamos com um feminismo (neo)liberal que atua e aplaude cada vez que uma propaganda incorpora uma diversidade de mulheres ou fala de empoderamento. É reforçada, assim, uma perspectiva de ‘carreira solo’, cujo objetivo é alcançar o topo sem necessariamente romper com as hierarquias, nem mudar as estruturas e práticas de poder. Não é demais ressaltar que isso se dá em um momento de crescente negação da política enquanto prática coletiva, de criminalização das lutas sociais, desqualificação e perseguição dos movimentos sindicais. Portanto, a negação do próprio caráter do feminismo enquanto movimento social, e o foco em mudanças e comportamentos individuais tem como consequências o esvaziamento de seu sentido político de transformação social.

Esses são alguns dos elementos que demonstram o sentido político – e também os desafios – do enfrentamento ao poder das empresas transnacionais, que têm sido parte de ações feministas em aliança com os movimentos sociais mistos, como a Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo⁶. Soma-se a esse eixo de luta o enfrentamento aos acordos de livre comércio e de investimentos que, atualmente, pretendem delinear o futuro que as empresas transnacionais querem organizar (FERNANDEZ, 2018). Mais do que simples normas e regulações comerciais, esses acordos são estratégias de dominação (MMM, 2017b). A nova geração de acordos propostos explicita os interesses empresariais em torno dos serviços, como saúde, comunicação, educação e são caracterizados pela total falta de transparência e democracia em suas negociações (BARRETO *et al.*, 2017).

No início dos anos 2000, a luta contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) foi fundamental para o campo da Marcha Mundial das Mulheres incorporar a economia feminista como uma ferramenta. Os debates, as divergências entre os diferentes setores do feminismo e, por fim, os consensos produzidos em todo do rechaço ao livre comércio já foram sistematizados e servem de

6 Trata-se de um processo de articulação envolvendo organizações do movimento social e sindical, como a Confederação Sindical das Américas (CSA), a CLOC-Via Campesina, Amigos da Terra América Latina e Caribe (ATALC), Movimentos da ALBA, entre outros. Informações disponíveis em www.seguimosenlucha.wordpress.com (acesso em 3 de setembro de 2018)

referência para as discussões atuais (REMTE, 2015; PÉREZ OROZCO, 2017). Daqueles processos de luta para os de agora, uma aprendizagem fundamental foi revelar as armadilhas contidas em propostas que pretendem reduzir os impactos do sistema sobre a vida das mulheres, por todos os argumentos apresentados anteriormente sobre as imbricações do capitalismo, racista e patriarcal. Mas também, o aprendizado de que as lutas e as práticas de construção das mulheres rechaçam concretamente a visão de que não haveria alternativas ao neoliberalismo. Elas não apenas existem como estão em permanente construção, quando as mulheres organizadas e em luta “expandem as fronteiras do possível, enfrentam as contradições, constroem condições para transformar concretamente suas vidas, ao mesmo tempo que enfrentam a violência do capital, e indicam caminhos de mudança do modelo” (MMM, 2016, p.4).

Referências bibliográficas

- ALVAREZ, Sonia. Neoliberalismos e as trajetórias do feminismo latino-americano. In: MORENO, Renata (Org.). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2014.
- BARRETO, Viviana; CARRAU, Natália; PARADIS, Clarisse. A resistência feminista contra o livre comércio e a luta das mulheres pela autonomia sobre o corpo, trabalho e território. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Orgs). *Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida: nós mulheres seguimos em luta!* São Paulo: SOF, 2017.
- FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: FARIA, Nalu; POULIN, Richard. *Desafios do livre mercado para o feminismo. Cadernos Sempreviva*. São Paulo: SOF, 2005.
- FERNANDEZ, Gonzalo. Claves para interpretar la nueva oleada de tratados y acuerdos de comercio e inversión. *Tratados comerciales, ofensivas contra nuestras vidas. Pueblos Revista de Información y Debate*, Bilbao, n.76, janeiro-abril 2018.
- MMM Marcha Mundial das Mulheres. *Jornal As mulheres resistem! Desafios para o feminismo em tempos de ofensiva conservadora*. Novembro, 2016.
- MMM Marcha Mundial das Mulheres. *Mujeres libres, pueblos soberanos! Aportes para la transversalización del feminismo en la Jornada Continental por la democracia y contra el neoliberalismo*. Novembro, 2017b.
- PÉREZ OROZCO. *Aprendizajes de las resistencias feministas latinoamericanas a los Tratados de Libre Comercio e Inversión. Del no al ALCA al cuestionamiento del capitalismo patriarcal*. Bilbao: OMAL-Paz con Dignidad, 2017.
- PRUGL, Elisabeth. Neoliberalising feminism. *New Political Economy*, v.20, n.4, p.614-631, 2015.
- REMTE. *Las mujeres contra el libre comercio: una historia de resistencia y lucha*. São Paulo: REMTE, 2015.
- SILVEIRA, Maria Lúcia. A mercantilização do corpo e da vida das mulheres; alinhavando reflexões. In: FREITAS, Taís; SILVEIRA, Maria Lúcia. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica a sociedade de mercado*. São Paulo: SOF, 2007.



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA